

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e sete, às 09:30 hs no Auditório Pantanal/SEMA, ocorreu a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Informes; Aprovação da ATA da 5ª Reunião Ordinária do CEHIDRO; Aprovação da Resolução nº. 09 que institui a Câmara Técnica de Construção de Barragens; Aprovação da Resolução nº. 10 que institui a Câmara Técnica de Contenção de Resíduos Sólidos; Proposta de Lei de Irrigação; Roteiro Para Apresentação de Barragens de Terra já Construídos – Reservatório para Irrigação (até 50 há. de área alagada); Proposta de Alteração da Lei nº. 8.097 de 24/03/2004 que trata da administração e Conservação das Águas Subterrâneas de domínio do estado; Posição do IBAMA frente à Moção CRH de 04/09/2006. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do CEHIDRO o Senhor Luiz Henrique Magalhães Noquelli, que registrou a presença dos seguintes Conselheiros: o senhor Ernesto José de Moraes Bello representante da SINFRA, o senhor Luiz Gonzaga Toledo representante da SEPLAN, o Sr. Geraldo Donizeti Lúcio representante da SEDTUR, a Srª. Letícia Bertaia representante da SES, a Srª. Carolina Joana da Silva representante da UNEMAT, o Sr. Antônio Brant Vecchiato representante da UFMT, a Srª. Cínthia Barroca de Castro representante do IBAMA, o Sr. José Augusto Ferraz de Lima representante do IBAMA, a Srª. Tarciana do Nascimento Pereira representante da AMM, o Sr. Renato Blat Migliorini representante da ABAS, a Srª. Ribenildes Carla G. e Souza representante da FIEMT, a Srª. Jane Maria Souza Santos representante da Rede CEMAT, a Srª. Rosemary Machado Meger representante da Rede CEMAT, o Sr. Décio Elói Siebert representante do IPAC, a Srª. Alessandra Panizzi Souza representante do Instituto CREATIO, o Sr. Caetano Henrique Grossi representante do ITAMARATI. O Secretário Executivo informou que o Secretário de Estado do Meio Ambiente, o Sr. Luis Henrique Chaves Daldegan não pode comparecer á abertura da reunião devido a uma solicitação de sua presença pelo Governador Blairo Maggi, participando do restante da reunião caso retornasse a tempo. Foram apresentados os seguintes informes: 1) Leitura do Decreto nº. 8.366 de 04/12/2006 enviado pela Conselheira Ribenildes Carla G. e Souza. 2) Publicação da Ata da 4ª Reunião Ordinária do CEHIDRO. 3) Publicação da Ata da 4ª Reunião Ordinária do CEHIDRO no D.O.E. nº. 24504 do dia 03/01/2007. 4) Publicação da Resolução nº. 08 no D.O.E. nº. 24.482 do dia 28/09/2006. 5) Republicação da Resolução nº. 06 no D.O.E. nº.

24.482 do dia 28/09/2006. 6) Foi feito convite aos membros do CEHIDRO a participarem da reunião com o Ministério do Meio Ambiente para discussão do plano Estadual de Recursos Hídricos a ser realizada entre os dias 5 e 8 de fevereiro de 2007, no Auditório Pantanal/SEMA. 7) O Instituto CREATIO, através da representante Alessandra Panizi Souza, solicitou que fosse colocada em votação a solicitação de uma vaga para o CEHIDRO na discussão do Novo Código Ambiental do Estado. Em sua explanação, A conselheira Alessandra Panizi colocou que através de um Decreto o Governador Blairo Maggi Instituiu um grupo de discussão para rever a Lei Complementar nº. 232 visando atender as demandas do Ministério Público, entretanto recursos hídricos não tem sido abordado nesta discussão e enfatizou ainda que a primeira reunião seria no dia 08 de fevereiro de 2006 e que o assunto precisava ser discutido com urgência. O conselheiro Décio Siebert – IPAC apontou que a reunião é oportuna e adequada, visto que a discussão do novo código florestal tem poucas pessoas, as quais com já com idéias formadas, onde não se tem a discussão sobre os recursos hídricos, abordando somente a questão florestal. Sendo Colocado em votação foi definido, por unanimidade, que será enviada uma moção solicitando a inclusão do CEHIDRO nas discussões da alteração do Código ambiental do Estado e ficou definido que participariam da elaboração da Moção o Instituto CREATIO, o IBAMA, o IPAC, a UFMT e a ABAS. 8) O conselheiro Décio Elói – IPAC solicitou ao conselho 10 minutos para fazer uma explanação sobre a situação da nascente principal do Rio Jauru, o que foi concedido. Em sua apresentação, o conselheiro Décio Siebert apresentou fotos da nascente principal do Rio Jauru, tiradas em 2006 e em 20 de janeiro de 2007, para demonstrar a degradação no local, inclusive as alterações ocorridas após uma precipitação. As degradações apresentadas incluíram voçorocas, erosões em estado adiantado e assoreamento nas proximidades do leito do rio, bem como a queda da vegetação na área de preservação permanente em decorrência do acúmulo de cerca de 2 metros de sedimentos trazidos para o local a partir das erosões. Destacou ainda que a voçoroca principal encontrada a mais ou menos 2.000 metros da nascente teve origem na retirada do cascalho para obras na antiga BR 364, que se dirige para Rondônia. O Rio Jauru, conforme enunciou o conselheiro Décio Siebert, tem outros afluentes e o dano apresentado se encontra na nascente principal, entretanto é um rio importante que possui diversas pequenas centrais hidroelétricas e é uma área prioritária para criação de um corredor de biodiversidade. 9) Foi colocada em discussão a seguir a Aprovação da Ata da 5ª Reunião Ordinária do CEHIDRO, sendo a mesma aprovada por unanimidade. 10) O Secretário Executivo em seguida colocou em discussão a Resolução

69 nº. 09 que institui a Câmara Técnica de Construção de Barragens, sugerindo que os
70 responsáveis pela Moção solicitando a participação do CEHIDRO na alteração Do Código
71 Ambiental fizessem parte também desta Câmara Técnica, o que foi aprovado por
72 unanimidade com a inclusão da Rede CEMAT. Ficou definido que a primeira reunião
73 desta Câmara Técnica será no dia 02 de fevereiro de 2007 as 8:30 h na SEMA. 11) Foi
74 colocada em discussão a Resolução nº. 10, que institui a Câmara Técnica de Contenção
75 de Resíduos Sólidos, sendo lembrado pelo Secretário Executivo que esta Câmara já teve
76 reuniões mesmo não sendo ainda aprovada em Resolução. Isto ocorreu devido ao projeto
77 Ecobarreiras apresentado pelo estado do Rio de Janeiro, o qual não se adequava as
78 realidades do Estado de Mato Grosso, tendo sido inclusive apresentadas alternativas.
79 Segundo o Secretário Executivo, é um trabalho mais voltado à educação ambiental do
80 que propriamente o recolhimento do lixo, já que o mesmo só chega ali sendo jogado por
81 alguém. O conselheiro Décio Siebert – IPAC questionou se a mesma foi instituída como
82 Ecobarreiras, sendo respondido pelo Secretário Executivo que ela foi instituída para
83 discutir especificamente a ecobarreira, que é um assunto que está na mídia devido ao
84 apoio de deputados. A conselheira Ribenildes Carla - FIEMT questionou a existência de
85 um termo de cooperação técnica com o Estado do Rio de Janeiro e foi informada pelo
86 Secretário Executivo que este termo está no Rio de Janeiro ainda devido a divergências
87 com relação a forma de apresentação do mesmo e a princípio o termo será firmado com a
88 SEMA e a Rede CEMAT e a SINFRA devem participar como colaboradores. O Secretário
89 Executivo explicou que o Projeto Ecobarreiras são bóias colocadas nos rios que
90 seguram os materiais em suspensão impedindo-os de ir para praia. O material em
91 suspensão é retirado, reciclado e revertido para a população. Pela proposta só serviria
92 para o rio Cuiabá, entretanto o interesse era impedir que o lixo chegasse até este rio. O
93 conselheiro Décio Siebert - IPAC colocou que está sendo focado o fim e não tratando o
94 início do problema, deve-se trabalhar a questão do lixo não chegar ao rio, sendo sugerido
95 pela conselheira Jane Santos – Rede CEMAT ser feita uma integração entre a
96 Superintendência de Recursos Hídricos da SEMA com a Superintendência de Educação
97 Ambiental da mesma. A conselheira Alessandra Panizi - CREATIO alertou que esta
98 discussão não é competência do CEHIDRO e o conselheiro Décio Siebert - IPAC afirmou
99 que é apenas uma proposta para a SEMA. O conselheiro Luiz Gonzaga – SEPLAN
100 colocou que a proposta da Câmara Técnica seria verificar a viabilidade técnica das
101 propostas apresentadas pelo projeto. A conselheira Carolina da Silva - UNEMAT
102 argumentou que não é função do CEHIDRO focar em determinado assunto, e sim pensar

103 de forma mais abrangente, instituindo Câmaras Técnicas para diagnosticar o que é
104 considerado relevante nas bacias, propondo estudos e programas nestas. O Secretário
105 Executivo colocou que estamos em um momento de desenvolvimento do Plano Estadual
106 de Recursos Hídricos e este é o momento de se fazer este tipo de discussão, já que o
107 mesmo deve ser aprovado pelo CEHIDRO. A conselheira Carolina da Silva - UNEMAT
108 questionou se pode ser feito dentro das Câmaras Técnicas algum diagnóstico ou estudo
109 sendo respondida pela conselheira Cínthia de Castro - IBAMA que para este tipo de
110 trabalho é mais comum a instituição de Grupos Técnicos, mas Câmaras técnicas não são
111 de praxe voltadas para isso, sendo mais apropriado para a discussão de Ecobarreiras um
112 grupo técnico. A conselheira Alessandra Panizi - CREATIO argumentou que este tipo de
113 discussão deve ser feito em Comitês de Bacias, os quais devem ser criados, pois eles
114 fazem este tipo de discussão e o CEHIDRO aprova suas considerações, para em seguida
115 se ter a continuidade do processo. O Secretário Executivo colocou que a criação de
116 Comitês de Bacia é difícil porque depende da população local, a partir do momento que
117 esta população perceber que pode decidir a sua realidade local, será mais fácil, entretanto
118 existem regras para isso que dificultam a formação dos comitês. A conselheira Cínthia de
119 Castro - IBAMA argumentou que o comitê é consultivo e deliberativo, não tendo a função
120 de propor a criação de Comitês de bacia, ao contrário, é o comitê de bacia já formado que
121 deve se dirigir ao CEHIDRO. Segundo o Secretário Executivo, a Superintendência de
122 Recursos Hídricos da SEMA faz este trabalho de fomento, mas este é um papel da
123 Secretaria. Segundo a conselheira Alessandra Panizi - CREATIO, o conselho é o
124 momento onde se reúnem pessoas de diversas áreas, onde se deve pensar no fomento
125 destes comitês, devendo existir algo permanente que os fomente e que discuta também
126 utilização da compensação de áreas para a criação dos Comitês de Bacia, compensação
127 que hoje vai somente para as unidades de compensação. O conselheiro Décio Siebert –
128 IPAC complementou, falando que é importante a compensação ir para as unidades de
129 conservação, entretanto a criação de comitês de bacias com estes recursos pode ser uma
130 alternativa já que recursos públicos para este fim serão difíceis de conseguir. O
131 conselheiro Décio Siebert – IPAC propôs ainda que em vez de se criar a Câmara Técnica
132 de Ecobarreiras se criasse uma Câmara Técnica mais abrangente, que discuta inclusive a
133 criação de Comitês de Bacia. Sendo colocada em votação pelo Secretário Executivo, a
134 Resolução nº. 10 não foi aprovada por unanimidade, ficando definido que a mesma será
135 repassada e rediscutida para ser apresentada uma proposta de Câmara Técnica mais
136 abrangente na próxima reunião. A conselheira Alessandra Panizi - CREATIO solicitou que

137 fosse enviado por e-mail para os conselheiros a listagem das câmaras técnicas criadas
138 pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos e pelo Conselho Nacional do Meio
139 Ambiente. 12) Foi colocado em discussão pelo Secretário Executivo a proposta de Roteiro
140 Para Apresentação de Barragens de Terra já Construídos – Reservatório para Irrigação
141 (até 50 há. de área alagada), esclarecendo que temos duas realidades no Estado, as
142 barragens já construídas e as que serão construídas, sendo que as últimas já tem entre
143 20 e 30 anos de construção e revegetadas, tendo como principais problemas encontrados
144 a falta de área de preservação permanente e a falta do dispositivo de fundo, sendo que
145 para corrigir a falta deste dispositivo seria necessária a reconstrução da barragem,
146 entretanto existem alternativas. O conselheiro Décio Siebert – IPAC questionou se este
147 roteiro foi discutido com a Coordenadoria de Atividades Agropecuárias e Piscicultura da
148 SEMA para ver a adequação aos barramentos de piscicultura, sendo respondido pelo
149 Secretário Executivo que não. O conselheiro Décio Siebert – IPAC ponderou que seria
150 necessária nesta discussão incluir alguém desta coordenadoria. A conselheira Alessandra
151 Panizi -CREATIO questionou se as especificações para as barragens da piscicultura e
152 para a irrigação são as mesmas, sendo respondido pelo Secretário Executivo que caso
153 sejam barragens no leito do rio são as mesmas, se forem na área de preservação
154 permanente são especificações diferentes. O conselheiro Luiz Gonzaga - SEPLAN
155 esclareceu que na piscicultura não se tem extração de água, o que a torna diferente da
156 irrigação. O Secretário Executivo ponderou que a Superintendência de Assuntos Jurídicos
157 da SEMA disse que se for de classe A e B o corpo técnico que define se é impactante, já
158 se for de classe C é necessário o EIA-RIMA. Salientou ainda que este roteiro é para o
159 CEHIDRO cancelar que o corpo técnico trabalhe na legalidade. O conselheiro Décio
160 Siebert – IPAC afirmou que nada impede que o CEHIDRO aprove o roteiro e solicite à
161 Coordenadoria de Atividades Agropecuárias e Piscicultura a apresentação de um roteiro
162 nestes moldes. Segundo a conselheira Alessandra Panizi - CREATIO é necessário se
163 pensar no problema da agricultura, tentando juntar a piscicultura com a irrigação, para se
164 aproveitar o que já se tem construído. A conselheira Cínthia de Castro - IBAMA
165 argumentou que tem que se pensar no uso múltiplo, já devendo ser aprovado o projeto
166 pensando-se nisso. O conselheiro Luiz Gonzaga - SEPLAN questionou se pode ser feito
167 barramento para piscicultura no leito do rio, sendo respondido pela conselheira
168 Alessandra Panizi - CREATIO que é possível. Segundo o conselheiro Luiz Gonzaga -
169 SEPLAN isto se configura em um problema, porque alteraria o volume de água para quem
170 está a jusante do rio. Entretanto a conselheira Alessandra Panizi - CREATIO ponderou

171 que se retira os vinte por cento permitidos com ou sem o barramento. O conselheiro Décio
172 Siebert – IPAC argumentou que hoje o que se vê no Estado são barramentos que
173 originalmente eram para piscicultura e atualmente são utilizados para irrigação, por isso
174 se tem a necessidade de unir os dois. O Secretário Executivo ponderou que esta
175 conversa compete a lei de irrigação e não exatamente a este roteiro e que o uso múltiplo
176 da água vai ser muito forte no momento em que se tiver a outorga. O conselheiro Décio
177 Siebert – IPAC sugeriu que o roteiro fosse aprovado e solicitado a Coordenadoria de
178 Atividades Agropecuárias e Piscicultura da SEMA que siga este modelo. A conselheira
179 Cínthia de Castro - IBAMA questionou se o cadastro de usuário da água tem um roteiro
180 definido que incluía imagem e georreferenciamento sendo respondido pelo Secretário
181 Executivo que todo licenciamento já entra como usuário da água. Sendo colocado em
182 votação pelo Secretário Executivo o roteiro foi aprovado por unanimidade e ficou definido
183 que será apresentado como resolução na próxima reunião. 13) Foi colocada em
184 discussão a Proposta de lei de Irrigação pelo Secretário Executivo, sendo sugerido pela
185 conselheira Alessandra Panizi - CREATIO que fosse feita uma lei exclusiva para
186 Barramento e uma lei para a irrigação, a qual ficaria limitada ao licenciamento. Sendo
187 posta em votação a sugestão da conselheira Alessandra Panizi - CREATIO, ficou definido
188 que seriam aguardadas sugestões e seriam apresentadas as duas leis para discussão na
189 próxima reunião. 14) A seguir foi posta em discussão a Proposta de Alteração da Lei nº
190 8.097 de 24/03/2004 que trata da administração e Conservação das Águas Subterrâneas
191 de domínio do estado pelo Secretário Executivo, esclarecendo que a lei em questão
192 inicialmente exigia um medidor de vazão para se licenciar poço tubular, o que foi
193 posteriormente retirado pelo CEHIDRO e a recolocação da exigência deste dispositivo é
194 uma das mudanças essenciais, especialmente pela necessidade para a outorga. O
195 participante Nédio Carlos Pinheiro argumentou ainda que outra mudança essencial nesta
196 legislação é a retirada da diferenciação entre o cadastro e o licenciamento de poços
197 tubulares, pela dificuldade administrativa deste procedimento e devido aos dois
198 causarem contaminação de forma semelhante. O Secretário Executivo reiterou ainda que
199 o Estado sente necessidade destas alterações. A conselheira Jane Santos – Rede
200 CEMAT informou que a rede CEMAT também possui este tipo de problema e a solução
201 encontrada neste órgão foi a exigência de um geólogo desde o início do processo, sendo
202 a Rede CEMAT totalmente favorável a esta proposta. O conselheiro Antônio Vecchiato -
203 UFMT ponderou que desde o início foram contrários a proposta, tendo em vista que tudo
204 isso afeta toda a Terra. O conselheiro Luiz Gonzaga - SEPLAN complementou que se

deve evitar a contaminação do lençol freático com poços sem proteção e que preservar a qualidade dos mananciais é essencial. O conselheiro Antônio Vecchiato – UFMT solicitou que fosse enviada por e-mail a proposta de Alteração e fosse discutida na próxima reunião, o que foi aprovado por unanimidade. 15) Em seguida foi colocada em Discussão pelo Secretário Executivo a Moção encaminhada pelo CRH de São Paulo sobre a dominialidade das águas subterrâneas, esclarecendo que a mesma havia sido discutida na ultima reunião e foi aberto um prazo para manifestações e que a mesma não foi encaminhada devido a manifestação contrária do IBAMA. A representante do IBAMA, conselheira Cíthia de Castro, defendeu a posição, argumentando que a delimitação do lençol freático não é conhecida, havendo a necessidade de mais estudos e temos conhecimento de aquíferos que atingem mais de um estado e nestes casos há a necessidade de intervenção federal. O conselheiro Renato Migliorini - ABAS argumentou que estes casos podem acontecer, mas tira a dominialidade da água subterrânea do Estado é muito grave pois fica difícil o controle. A conselheira Cíntia de Castro - IBAMA ponderou que o caso não é retirar a dominialidade totalmente do estado, é só a definição de esferas. O conselheiro Antônio Vecchiato - UFMT argumentou que não vê problemas com conflitos em aquíferos, mas se colocarmos em nível federal surgiram problemas enormes e manifestou-se favorável dos Estados terem a dominialidade das águas subterrâneas. O conselheiro Décio Siebert – IPAC Complementou que concordava com a opinião do conselheiro Antônio Vecchiato - UFMT, porque quanto mais próximo se estiver da ocorrência melhor. Sendo colocada em votação pelo Secretário Executivo foi aprovado o envio da Moção para se manter a dominialidade das águas subterrâneas nos Estados, com 12 votos a favor e abstenção do IBAMA. Nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11:50 hs e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

LUIS HENRIQUE C. DALDEGAN

Presidente do CEHIDRO

LUIZ HENRIQUE M. NOQUELLI

Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 03/04/2007.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*